

Tabuleiro de cana, xadrez de cativoiro

08 de novembro de 2006

Documentário produzido pela Comissão Pastoral da Terra - CPT mostra a realidade de milhares de pessoas tratadas como escravas em lavouras de cana pelo país. “A iminente perda da capacidade de sonhar é o que mais chama atenção durante um trabalho como esse. Só há liberdade quando existem pelo menos duas possibilidades de escolha. Do contrário há imposição”, diz o diretor do filme Thalles Gomes. A CPT acompanha o crescimento do trabalho escravo e a carência de políticas eficazes para o combate dessa prática, promovendo denúncias junto aos órgãos fiscalizadores e a sociedade civil.

Beatriz Gredilha
Ibase

Documentário

mostra a realidade de milhares de pessoas tratadas como escravas em lavouras de cana pelo país. “A iminente perda da capacidade de sonhar é o que mais chama atenção durante um trabalho como esse. Só há liberdade quando existem pelo menos duas possibilidades de escolha. Do contrário há imposição”, diz o diretor do filme Thalles Gomes. Quase 120 anos se passaram desde a abolição da escravatura e o trabalho escravo continua fazendo parte da realidade de milhares de brasileiros e brasileiras. Embora haja grande dificuldade para que violências humanas e trabalhistas sejam reconhecidas como escravidão pelo poder público, casos sérios de violações à dignidade e aos direitos dos cidadãos(ãs) não são raros no país. A maioria deles é considerado trabalho degradante e não escravo, com a justificativa de que não há coerção por parte dos patrões. Alojamento em casebres inóspitos, alimentação precária, abuso das usinas na pesagem da cana, deslocamento irregular, descontos abusivos por alimentação, moradia e transporte e cargas de trabalho excessivas são alguns exemplos de violações trabalhistas frequentes.

O documentário “Tabuleiro de Cana, Xadrez de Cativoiro”, produzido pela Comissão Pastoral da Terra, CPT Alagoas, trouxe para as telas um pouco da realidade dos(das) assalariados(as) da cana, dentro de um universo de superexploração, desrespeito aos direitos humanos e trabalho forçado. O projeto que deu origem ao documentário teve início em abril de 2005, quando a CPT de Alagoas retomou seus trabalhos junto às periferias das cidades da zona canavieira do Estado.

“A partir dos relatos dos trabalhadores e de seus familiares, decidimos realizar um documentário que mostrasse os dois pólos dessa rede de exploração. Foram captadas imagens e depoimentos tanto em Alagoas como em Mato Grosso”, explica Thalles Gomes, produtor e diretor do filme. “Com as visitas fomos percebendo que tudo era bem mais complexo e perverso do que imaginávamos. Mas a própria constatação da existência de trabalho escravo já é revoltante e desconsoladora”, completa.

Para ele a experiência de dirigir um documentário sobre trabalho escravo é a de vergonha. “Tenho vergonha da raça humana. De saber que um ser humano é tratado como uma coisa qualquer, como mercadoria, e que somos todos nós, seres humanos, responsáveis por isso, seja por ação ou omissão”, revela.

O enfoque do filme é o fenômeno migratório dos(das) alagoanos(as), em sua maioria homens entre 18 e 40 anos, para o trabalho nas usinas de Mato Grosso. “A partir de depoimentos dos canavieiros do município de Joaquim Gomes, pudemos perceber a rota de migração estabelecida há mais de uma década para o Mato Grosso, ignorada pelos órgãos fiscalizadores”, revela Lilian Nunes, agente pastoral da CPT Alagoas, produtora e roteirista do documentário.

Segundo ela, a abertura do mercado de açúcar e do álcool para a Europa e o Japão, bem como a retomada do pró-

álcool pelo governo federal, aumentaram as áreas de produção de cana e, conseqüentemente, a exploração dos(as) trabalhadores(as). “Visando seus lucros e competitividade, os usineiros e fornecedores de cana estão repassando o ônus do aumento da produção para os canavieiros: longas jornadas de trabalho e baixos salários”, afirma. O Brasil é o maior exportador de açúcar e álcool do mundo. O setor sucroalcooleiro movimenta cerca de R\$ 20 bilhões por ano.

O principal objetivo do documentário é divulgar para a sociedade brasileira e internacional o custo social proveniente do aumento das exportações de açúcar e etanol. A idéia é denunciar essa realidade e instigar as pessoas para que reflitam sobre a existência de trabalho escravo em pleno século XXI.

O filme está sendo exibido, também, nas próprias comunidades de assalariados(as) da cana e nas periferias de cidades onde há vítimas em potencial. Trata-se de um trabalho de formação que visa alertar os(as) migrantes sobre a importância do deslocamento para outras cidades apenas com um vínculo empregatício garantido.

“O sentimento de ilusão diante de uma realidade que julgavam diferente ecoa em todos os depoimentos colhidos. Antes de serem levados para outras regiões do país pelos 'gatos' contratados pelas usinas, os trabalhadores são abordados com falsas promessas de salários altos e contratação regular”, explica Lilian Nunes.

Além disso, faz parte de um processo de informação para que os(as) trabalhadores(as) “compreendam o alcance dos seus direitos e saibam a quem recorrer diante de situações de exploração e degradação de sua dignidade”, completa ela.

Durante as gravações, as dificuldades não foram poucas. Além da falta de condições financeiras para a utilização de equipamento profissional, a equipe, muitas vezes, estava resumida a duas pessoas. Nenhuma autorização foi pedida às usinas para que gravassem os depoimentos, as condições de trabalho e alojamento. “Sabíamos que não permitiriam ou só mostrariam o que lhes conviesse. Apesar de certo risco e receio, não houve nenhum incidente. Pelo menos até agora”, conta Thalles Gomes.

Em novembro, o documentário será lançado também na França e na Itália. Há a possibilidade de uma parceria com a Procuradoria Regional do Trabalho para a distribuição de cópias para todo Brasil. Além disso, outras entidades e órgãos de defesa dos direitos humanos estão sendo contatados pela CPT Alagoas para endossar a Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. A TV é também um objetivo mas, de acordo com Lilian Nunes, a dificuldade em conseguir espaço na mídia é grande. “Um documentário sobre trabalho escravo, por se tratar de um tema delicado e até incômodo, encontra muita resistência”, revela.

A Comissão Pastoral da Terra acompanha o crescimento do trabalho escravo e a carência de políticas eficazes para o combate dessa prática, promovendo denúncias junto aos órgãos fiscalizadores e a sociedade civil. A CPT articula entidades nacionais e internacionais que atuam na defesa dos direitos humanos. Todo o trabalho é baseado nas visitas pastorais às comunidades de assalariados(as) rurais, onde são ouvidos(as) e orientados(as).

Cópias do curta-metragem podem ser adquiridas na CPT Alagoas por meio do email pastoraldaterra@veloxmail.com e do telefone (82) 3221-8600. O documentário está sendo distribuído a um preço de custo, R\$ 15,00, mais as despesas com os Correios.

Confira algumas estatísticas de trabalho escravo.

Comissão Pastoral da Terra